

## **Políticas Públicas para o Ensino Superior: percepções dos egressos sobre o Prouni no Oeste de Santa Catarina**

### *Public Policies for Higher Education: perceptions of Graduates on Prouni in the West of Santa Catarina*

**Daiane Pavan**

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC, Brasil.  
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3396-4554>

**Cláudia Tirelli**

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-2325-5260>

#### **Resumo**

Na última década, a avaliação de políticas públicas vem ganhando espaço no debate acadêmico e na gestão pública, na medida em que possibilita aferir a efetividade das diferentes políticas e prestar conta dos gastos públicos. Este estudo buscou analisar como os egressos se apropriaram das oportunidades abertas pelo Prouni e que efeitos o programa teve nas suas trajetórias de vida. A pesquisa foi realizada por meio de estudos de caso múltiplos, desenvolvidos a partir de entrevistas semiestruturadas com egressos da Unoesc/SC e da análise descritiva dos dados do INEP/MEC. Os resultados demonstraram que a percepção dos egressos foi bastante positiva em relação aos efeitos do Prouni, sobretudo entre aqueles que o acesso ao Ensino Superior compunha um projeto familiar de ascensão social. A maioria dos entrevistados apontou que o programa permitiu o acesso ao ensino superior e favoreceu a sua inserção no mercado de trabalho, propiciando um aumento na renda individual e familiar. Em poucos casos o acesso ao Prouni não trouxe os efeitos de mobilidade social esperados, chamando atenção para a diversidade das disposições individuais prévias que podem incidir sobre os resultados do Programa, mesmo que as condições socioeconômicas dos beneficiários sejam as mesmas.

**Palavras-chaves:** Prouni; Avaliação de políticas públicas; Trajetória de vida.

#### **Abstract**

In the last decade, the evaluation of public policies has been gaining space in the academic debate and in public management, insofar as it makes it possible to measure the effectiveness of different policies and to account for public spending. This study sought to analyze how the graduates appropriated the opportunities opened by Prouni and what effects the program had on their life trajectories. The research was carried out through multiple case studies, developed from semi-structured interviews with graduates from Unoesc / SC and from the descriptive analysis of data from INEP / MEC.

The results showed that the perception of the graduates was very positive in relation to the effects of Prouni, especially among those that access to Higher Education was part of a family project of social ascension. Most of the interviewees pointed out that the program allowed access to higher education and favored their insertion in the labor market, providing an increase in individual and family income. In a few cases, access to Prouni did not bring the expected social mobility effects, drawing attention to the diversity of previous individual provisions that may affect the results of the Program, even if the socioeconomic conditions of the beneficiaries are the same.

**Keywords:** Prouni; Evaluation of public policies; Life trajectory.

## Introdução

A relação entre sociedade e educação tem sido alvo de intensos debates no campo acadêmico e fora dele. Embora grande parte dos estudos realizados na área da Sociologia da Educação conjugue da ideia de que há uma indissociabilidade entre os processos educacionais e as sociedades nas quais ocorrem, não há um consenso a respeito das funções e efeitos que a educação desempenha. Até meados do séc. XX predominaram abordagens que enfatizavam o papel da educação para a manutenção e o desenvolvimento das sociedades, baseados na ideia de que a educação produzia a coesão social em torno de valores comuns e as capacidades necessárias para a inserção profissional.

A perspectiva otimista em relação às potencialidades da educação formal foi reforçada na conjuntura do pós-Guerra, quando se difunde a ideia de que a educação é um fator de equalização social que atua de forma objetiva sobre os indivíduos, produzindo efeitos positivos sobre as suas vidas e para o conjunto da sociedade. A teoria do capital humano, surgida em meados dos anos de 1950, traduziu bem essa perspectiva ao afirmar que a educação torna as pessoas mais produtivas, produz o aumento dos seus salários e, conseqüentemente, contribui para o progresso econômico. (GOMES, 1994). Posteriormente, a partir do final da década de 1960, irão surgir trabalhos mais críticos em relação ao papel da educação, demonstrando como os processos educacionais contribuem para a manutenção do sistema de dominação de classe nas sociedades capitalistas por meio da produção de um consenso imposto. (NOÉ, 2000; GOMES, 1994)

Apesar dessas análises críticas, produzidas com base no neomarxismo, no utopismo e outras correntes que surgiram desde então, a aposta na educação como um vetor de mobilidade social ascendente não arrefeceu. Atualmente, ela pode ser observada nos discursos dos gestores governamentais, nos documentos de organismos de cooperação internacional e de Organizações Não Governamentais, nos planos de políticas públicas, entre outros locais.

Este artigo visa contribuir para esta reflexão, a partir de uma análise avaliativa feita com base na percepção dos beneficiários sobre os efeitos de uma política pública criada para viabilizar o acesso de populações de baixa renda ao ensino superior no Brasil, por meio da concessão de bolsas em instituições de ensino privadas ou comunitárias. Esta política, denominada Programa Universidade para Todos (Prouni), foi criada em 2004, no bojo de um conjunto de programas educacionais destinados à expansão do acesso e permanência no Ensino Superior implementados a partir do início dos anos 2000<sup>1</sup>. Esses programas visavam enfrentar a crônica elitização da educação superior no país e responder às pressões promovidas pelos movimentos estudantis por maior inclusão.

Como já tem sido amplamente demonstrado pelos estudos sobre implementação e avaliação de políticas públicas (LOTTA, 2014; RAMOS, SCHABBACH, 2012), estas não produzem os mesmos efeitos nos diferentes territórios, grupos e indivíduos. Apesar dessas políticas partirem, de uma forma geral, da ideia de que o acesso ao Ensino Superior produz efeitos de inclusão e de mobilidade social ascendente, cabe avaliar os seus efeitos sobre as trajetórias de vida dos seus beneficiários. Acredita-se que a reconstituição das trajetórias individuais dos bolsistas Prouni permite compreender como os espaços, as pessoas e as experiências vividas influenciaram de maneira distinta os beneficiários do programa, mesmo que a sua condição social prévia fosse a mesma. Nesse sentido, a análise busca chamar atenção para outros aspectos que intervêm nos resultados das políticas públicas e que geralmente são negligenciados nos estudos avaliativos, por exemplo, os fatores relacionados às distintas experiências prévias de socialização dos indivíduos que interferem na forma como esses constroem as suas disposições e se apropriam das políticas.

A metodologia de pesquisa consistiu em um estudo de casos múltiplos, considerando-se cada egresso como um caso. Foram selecionados doze estudantes formados entre 2005 e 2017 na Unoesc/SC, sendo dois de cada curso de graduação, de forma a contemplar as distintas áreas do conhecimento (Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciência Jurídica; Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Vida e Saúde). O estudo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com os egressos, por vezes envolvendo mais de uma entrevista com cada um. A pesquisa também se amparou em dados secundários produzidos pelos órgãos vinculados ao Ministério da Educação (MEC), os quais foram reunidos e sistematizados de acordo com os objetivos do estudo.

O artigo encontra-se organizado em três seções, além desta introdução e dos comentários finais. A primeira seção apresenta uma breve reflexão sobre a área de

---

<sup>1</sup> Além do Prouni, criado em 2004 e institucionalizado através da Lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005, vários outros programas foram concebidos ou ampliados nesse período com o objetivo de ampliar o acesso e permanência no Ensino Superior no país. Entre esses destacam-se os seguintes: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Financiamento Estudantil (FIES) e Sistema de Seleção Unificado (SISU).

avaliação de políticas públicas no Brasil; a segunda seção faz uma retomada do processo de construção das políticas públicas voltadas à expansão do acesso ao ensino superior no Brasil, particularmente, do Prouni e sua implementação na Região Oeste de Santa Catarina; finalmente, na terceira seção, são discutidos os resultados dos estudos de caso, demonstrando os efeitos do Prouni sobre as trajetórias de vida dos egressos da Unoesc/SC.

### **As avaliações de políticas públicas**

Avaliar a relação entre o investimento público e a resolução de problemáticas sociais apresenta-se cada vez mais relevante na busca pela transparência da gestão pública e do uso eficiente dos recursos para promover o bem-estar social. Faria (2003) destaca que, a partir de 1990, a América Latina tem buscado fortalecer a “função avaliação” na gestão governamental, implantando sistemas de avaliação das políticas públicas em diversos países.

De acordo com Ramos e Schabbach (2012, p. 1272), a avaliação, “é um instrumento importante para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade do Estado”. Para as autoras, a avaliação não se restringe à etapa final do ciclo de políticas públicas, tendo como objetivo guiar os tomadores de decisão, a partir do apontamento dos avanços e limites apresentados na implementação da política, rumo à sua continuidade e qualificação ou à sua extinção. É por isso que o processo de avaliação de políticas públicas pode ser visto como uma oportunidade de melhoria e aprimoramento constante, caracterizando-se como um instrumento de gestão.

Avaliar políticas públicas envolve considerar um amplo espectro de atores, tais como os agentes do Estado, integrantes de organizações não governamentais, beneficiários dos programas, entre outros. A seleção dos participantes irá depender dos objetivos de cada avaliação.

Dentre as contribuições da área de avaliação de políticas públicas, destaca-se o seu papel na racionalização dos programas e projetos sociais, uma vez que os recursos são escassos e precisam ser alocados de forma planejada. Conforme Cotta (1998, p.107) “a ausência de controles e de metodologias de avaliação geralmente leva a um gasto social ineficiente e, conseqüentemente, ao desperdício dos recursos disponíveis”.

Apesar de tradicionalmente as avaliações de políticas públicas terem sido direcionadas à aferição da efetividade dos programas com base em desenhos de pesquisa experimentais ou quase-experimentais e o uso de metodologias quantitativas, nos últimos anos tem crescido o número de estudos que se utilizam de procedimentos quanti e qualitativos, permitindo a identificação e análise de outros fatores que influenciam nos resultados das políticas públicas, sobretudo aqueles não previstos na sua fase de formulação (BATISTA, DOMINGOS, 2017).

Os tipos de avaliação de políticas públicas podem ser classificados a partir de diferentes critérios, a exemplo do momento em que se avalia os aspectos da intervenção e os objetivos priorizados. Considerando o critério temporal, tem-se as avaliações *ex-ante* e *ex-post*, as quais se referem ao momento em que a avaliação acontece, antes ou após a implementação da política. (RAMOS, SCHABBACH, 2012)

A avaliação *ex-ante* tem como base o diagnóstico da situação atual, portanto, acontece antes da implementação da política, na fase de projeto. Segundo Cotta (1998), a avaliação *ex-ante* visa subsidiar o processo decisório, apontando a conveniência ou não de se realizar o projeto. No caso das pesquisas sociais, isto significa construir um diagnóstico prévio da realidade por meio do levantamento de informações sobre o público alvo a ser atendido, suas condições e necessidades sociais. Esse diagnóstico possibilita clarificar as fragilidades a serem supridas, criando condições para o planejamento de ações que busquem incidir sobre os problemas públicos identificados em uma determinada realidade local (JANNUZZI, 2016).

A avaliação *ex-post*, conforme Ala-Harja e Helgason (2000, p. 7), caracteriza-se por ser uma avaliação somativa, conduzida no momento em que o programa já foi ou está sendo implementado há algum tempo. Esta avaliação *a posteriori*, visa avaliar a eficácia e o valor da política. Para os autores “essas avaliações são tipicamente utilizadas como meio de assistir à alocação de recursos ou na promoção de mais responsabilidade”. Neste caso, recomenda-se que a avaliação seja conduzida por avaliadores externos para garantir a imparcialidade do processo e resultados fidedignos.

No caso da avaliação do Prouni realizada neste estudo, adotou-se a avaliação de tipo *ex-post*, pautada na percepção dos egressos quanto aos efeitos desse programa para a sua trajetória de vida, considerando diversos momentos após o início da intervenção pública. Além disso, buscou-se reconstituir os processos anteriores à implementação da política que propiciaram a formação das disposições individuais. Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986, p.116-117), esse tipo de pesquisa avaliativa visa averiguar a “efetividade subjetiva” da política pública, ou seja, assume a [...] “função de aferir a percepção da população sobre a adequação dos resultados objetivos dos programas aos seus desejos, aspirações e demandas”.

### **A expansão das políticas públicas voltadas ao Ensino Superior no Brasil e na Região Oeste de Santa Catarina**

Nesta seção analisa-se o processo de conformação das políticas públicas voltadas à expansão e democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil, focando, especialmente no Prouni e sua implementação na Região Oeste de Santa Catarina.

Cabe ressaltar que, apesar de ter ocorrido uma expansão do ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas, ainda existe um longo caminho para que ocorra a

efetiva democratização e equidade no acesso ao ensino superior no país. Conforme Neves, Raizer e Fachinetti (2007, p. 129), “o Brasil conseguiu transforma-se numa sociedade moderna com níveis de desenvolvimento que o apresentam como potência emergente, no entanto, com um desempenho extremamente precário do seu sistema educacional.” De acordo com os autores (NEVES, RAIZER e FACHINETTO, 2007) existe no país uma pirâmide educacional perversa, na qual apenas uma fração pequena de estudantes que conclui o ensino médio consegue ingressar no ensino superior, o que demonstra um cenário de desigualdade nas possibilidades de acesso ao ensino superior.

Conforme Neves, Raizer e Fachinetti (2007), a partir de meados dos anos de 1990 o Brasil passa a viver o crescimento acelerado do ensino superior, provocado, preponderantemente, pelo aumento de vagas no ensino privado. Em 1996, por meio da aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro, são estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional e é regulamentado o funcionamento do ensino superior, classificando a oferta e a sua operacionalização no país (BRASIL, 1996). No final desta década, havia cerca de 2,38 milhões de estudantes no ensino superior no Brasil e, destes, 65% estavam matriculados em instituições privadas.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) destacaram-se pela adoção de uma política neoliberal, segundo a qual o país apresentava um elevado índice de endividamento do Estado e de custo do capital, sendo necessário promover ações em diversas áreas para minimizar tais impactos. Para tanto, o governo vislumbrou no ensino superior privado a oportunidade de expandir a oferta com a cobrança de mensalidades, descentralizando a responsabilidade e criando mecanismos de controle da qualidade.

A política do governo Fernando Henrique Cardoso teve como resultado o aumento da rede privada de ensino superior e, em contrapartida, a redução dos investimentos na rede pública. Tais ações estiveram pautadas em uma orientação do Banco Mundial, na qual os investimentos das verbas públicas deveriam ser direcionados, em especial, à educação básica. O reflexo dessa abertura do mercado educacional brasileiro pode ser percebido por meio da expansão no número de IES no país, conforme o Quadro 1 exposto a seguir:

**Quadro 1 – Número de instituições de educação superior – 1995 a 2018**

Instituições de ensino superior*					
Ano	Públicas	%	Privadas*	%	TOTAL
1995	210	23,49	684	76,51	894
2005	176	8,13	1.934	89,33	2.165
2015	295	12,48	2.069	87,52	2.364
2016	296	12,30	2.111	87,70	2.407
2017	296	12,09	2.152	87,91	2.448
2018	299	11,78	2.238	88,21	2.537

\* Até o ano de 2013, as universidades comunitárias eram contabilizadas como instituições privadas.

Fonte: elaborado pelas autoras, com base no Censo da Educação Superior (BRASIL, 1995-2019).

No Quadro 1 pode-se observar a vultuosa expansão da rede de ensino privado. Houve um aumento de 242,17% no número de instituições privadas entre 1995 e 2005, estimulado pela flexibilização da legislação de abertura de instituições e cursos.

A partir de 2003, teve início o primeiro mandato do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o qual enfrentou algumas instabilidades iniciais na gestão do Ministério da Educação com a saída de Cristovam Buarque, em janeiro de 2004, e a posse de Tarso Genro, que nomeou Fernando Haddad para a Secretaria Executiva do Ministério.

Os programas educacionais desenvolvidos nos governos Lula (2003-2010), e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), totalizaram 13 iniciativas que tinham como foco principal a criação de vagas para o ingresso nas instituições públicas e a concessão de bolsas de estudos para o acesso às privadas. Nas gestões petistas observou-se um crescimento das instituições públicas e privadas, favorecidas pela criação de programas como o Prouni, Reuni, FIES, UAB, além da adoção do Enem e do SISU como forma de ingresso nas universidades públicas. (BRASIL, 2016) Além da estruturação e expansão das IES públicas, nesse período também ocorreu um processo de interiorização do ensino, por meio da criação de novas universidades.<sup>2</sup> Enquanto as IES públicas vivenciavam um processo de reestruturação e expansão, as instituições privadas se beneficiavam do Prouni e do Fies para acessar recursos financeiros por meio da renúncia fiscal.

Nos governos Lula e Dilma priorizou-se os investimentos nas universidades públicas, mediante a criação de programas voltados à expansão do ensino público em regiões interioranas e do estímulo à pesquisa via contratação de docentes e ofertas de bolsas de estudo. No entanto, as IES privadas também foram beneficiadas nesses governos por meio da criação de programas de distribuição de bolsas de estudos, como o Prouni, atrelado ao exame de seleção e à condição socioeconômica.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e ao longo do governo de Michel Temer (2016-2018), ocorreu uma estabilização no crescimento das universidades públicas e a continuidade de expansão das instituições privadas, as quais chegaram a representar 88,21% das IES nacionais em 2018.

O número de matrículas na educação superior, tanto na rede pública quanto na privada, também denota a relevância das políticas públicas, conforme aparece no Quadro 2, exposto abaixo:

---

<sup>2</sup> Foram criadas nesse período as seguintes universidades: : i) a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da Região Sul do Brasil; ii) a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que é a universidade da integração amazônica; iii) a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), voltada para todos os países da América Latina; e iv) a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cujo objetivo é a aproximação com os países de língua portuguesa de outros continentes, como África e Ásia (BRASIL, 2016).

**Quadro 2 – Número de matrículas na educação superior – 1995 a 2019**

Instituições de ensino superior					
Ano	Públicas	%	Privadas*	%	TOTAL
1995	700.540	39,81	1.059.163	60,19	1.759.703
2005	1.192.189	26,78	3.260.967	73,22	4.453.156
2015	1.952.145	24,32	6.075.152	75,68	8.027.297
2016	1.990.078	24,7	6.058.625	75,3	8.052.254
2017	2.045.356	24,68	6.241.307	75,32	8.286.663
2018	2.077.481	24,58	6.373.274	75,42	8.450.755

Fonte: elaborado pelas autoras, com base no Censo da Educação Superior (BRASIL, 1995-2019).

Os dados demonstram o aumento das matrículas ao longo das décadas, especialmente na rede privada, a qual pôde ofertar aos alunos, bolsas e financiamentos estudantis estaduais e federais, seja em cursos presenciais ou à distância. O crescimento no número de matrículas entre 1995 e 2005 foi de 153,06%, impulsionado pelas instituições privadas e pela abertura de polos de educação a distância em todo o país.

Entre 2005 e 2015 a ascensão foi de 80,26%, demonstrando a disseminação do acesso às políticas públicas de educação, com destaque para o papel do Enem e do SISU como forma de ingresso nas IES públicas, e para a expansão de vagas do Prouni e do Fies nas instituições privadas.

A partir de 2015, observa-se a estabilização no crescimento do número de matriculados. Em 2018, o crescimento do número de ingressantes acontece via modalidade de ensino a distância, sendo que a variação entre 2017 e 2018 nessa modalidade foi de 27,9%, enquanto nos cursos presenciais houve uma variação de -3,7% (INEP, 2019).

Segundos os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019), entre 2008 e 2018 as matrículas na educação superior aumentaram 44,6%. Em 2018, as IES privadas possuíam 75,4% do total de matriculados, enquanto a rede pública tinha somente 24,6%. De cada quatro alunos na graduação, três estavam na rede privada. Ao comparar as redes de ensino, observa-se que nesse período houve um aumento no número de matrículas de 49,8% na rede privada e de 33,8%, na rede pública.

Um dos programas que mais se destacou nesse processo de inclusão de alunos no ensino superior foi o Prouni, o qual foi concebido para viabilizar o acesso de alunos de baixa renda nas instituições privadas e comunitárias por meio da concessão de bolsas. A próxima seção apresenta os requisitos e o funcionamento do programa, bem como uma breve análise das principais linhas de interpretação produzidas a seu respeito na última década.

## O Programa Universidade para Todos (Prouni)

Em 2004, durante o governo do presidente Lula, foi criado o Prouni, sob gestão do Ministério da Educação (MEC). O programa tem como objetivo a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005). Conforme a legislação, as exigências universais para acessar o programa são ser brasileiro e não possuir um diploma de curso superior. Para acessar a bolsa de estudo integral, a renda familiar mensal *per capita* não deve exceder o valor de até 1 (um) salário mínimo e 1/2 (meio); para a bolsa de estudo parcial, de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), a renda familiar mensal *per capita* não deve exceder o valor de até 3 (três) salários mínimos (BRASIL, 2005).

Além da renda *per capita*, os critérios que norteiam a inscrição do aluno no Prouni para concorrer a uma bolsa de estudos, são os seguintes: i) ter realizado a prova do ENEM e não ter zerado a redação; ii) ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou na condição de bolsista integral em escola privada; iii) ou ser professor da rede pública de educação básica, no efetivo exercício do magistério, integrando o quadro de pessoal permanente da instituição, desde que esteja buscando complementar sua formação em cursos de licenciatura ou de Pedagogia, não sendo necessária, nesse caso, a comprovação de renda familiar *per capita* estipulada (BRASIL, 2004).

Desde a criação do Prouni já foram ofertadas 4.077.650 vagas. O Programa cresceu na maioria dos anos, porém, destaca-se a evolução de 37,32%, no ano de 2008, e os decréscimos nos anos de 2010 e 2013, de 2,57% e 11,33, respectivamente. Cabe ressaltar o inexpressivo crescimento de 0,01% obtido em 2016, resultante da instabilidade econômica e política do país.

Em 2017 e 2018 o programa retomou seu crescimento em ofertas de vagas, tendo um crescimento de 9,48% e 15,29% respectivamente. Em contrapartida, houve o corte de verbas para as universidades federais. A atual postura governamental representa a liberalização do ensino superior, tanto no fomento ao ensino privado quanto na regulamentação para o ensino superior, em especial, na flexibilização das regras da educação à distância.

O Prouni também oferta uma modalidade chamada bolsa permanência, a qual consiste em um benefício, com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinado exclusivamente ao custeio das despesas educacionais do beneficiário de bolsa integral do Prouni (BRASIL, 2005).

Os recursos que financiam o Prouni são designados pela Instrução Normativa SRF n. 456, de 5 de outubro de 2004, na qual as instituições privadas de ensino superior (com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes) que aderirem ao programa estão

isentas, no período de vigência do termo de adesão, das seguintes contribuições e imposto: I - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); II - Contribuição para o PIS/Pasep; III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e IV - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) (BRASIL, 2005).

A seleção dos bolsistas do Prouni acontece via sistema informatizado do INEP, no qual o estudante tem a responsabilidade de informar as suas condições de subsistência, patrimônio e composição do grupo familiar. Esses dados, agregados à média obtida no Enem, concedem a classificação das bolsas. A IES, mediante a lista dos pré-selecionados, convoca os estudantes para comprovar as informações declaradas e, em caso positivo, efetiva o termo de concessão de bolsa.

Os estudos desenvolvidos sobre os efeitos do Prouni não são consensuais, como se pode perceber pelos argumentos expostos a seguir. Embora exista um amplo reconhecimento sobre o poder de inclusão dessa política, que proporcionou a entrada no ensino Superior de grupos sociais tradicionalmente alijados do espaço universitário (populações de baixa renda, negros e indígenas), vários autores também ressaltam que o Programa representa uma prática privatista do ensino superior, em virtude do estabelecimento de uma relação público-privada baseada na renúncia fiscal para fins de concessão de bolsas de estudos. (APRILE, BARONE, 2008; MANCEBO, VALE, MARTINS, 2015).

Além disso, aponta-se para a heterogeneidade das instituições que ofertam o Prouni e para o processo de enriquecimento dos grupos educacionais privados nacionais e estrangeiros. Em relação ao primeiro aspecto, Almeida (2012) afirma que a maioria das IES que aderiu ao programa apresenta indicadores mínimos de qualidade, o que fragiliza a sua capacidade de democratização e restringe a possibilidade de ascensão social dos indivíduos via formação superior. O autor (ALMEIDA, 2012) também afirma que houve um processo de enriquecimento de grupos educacionais privados por meio das políticas públicas educacionais, as quais proporcionaram a ampliação dos locais de atuação desses grupos e do número de estudantes, priorizando o lucro em detrimento da qualidade.

De acordo com Mancebo, Vale e Martins (2015), a flexibilização da oferta de cursos superiores, somada ao perfil dos estudantes, na maioria trabalhadores que não possuem condições de se dedicar no período extraclasse ou não têm o hábito de estudar com regularidade, têm gerado profissionais que possuem diploma de graduação, mas ainda são analfabetos funcionais. Isto acaba se refletindo na ocupação de cargos com menor remuneração no mercado de trabalho e em possibilidades restritas de mobilidade social ascendente.

Apesar de alguns autores apontarem o Prouni como um instrumento de mercantilização e privatização do ensino superior no Brasil, não se pode esquecer que a descentralização dos recursos públicos para a educação superior, por meio da

implementação de programas educacionais, viabilizou o surgimento de IES em locais distantes dos grandes centros, expandindo as possibilidades de acesso para grupos sociais mais vulneráveis.

Destaca-se, também, que inúmeras IES denominadas comunitárias passaram a ofertar, por meio do Prouni, cursos antes somente oferecidos nas capitais, possibilitando a formação de mão de obra e a realização de pesquisas a partir do contexto local. Tais reflexos e perspectivas são discutidos na sequência, mediante a análise da dinâmica do ensino superior na Região Oeste de Santa Catarina e, em particular, do Prouni.

### **O Prouni no contexto regional do Oeste de Santa Catarina**

O desenvolvimento econômico da Região Oeste de Santa Catarina foi baseado na agricultura familiar e, posteriormente, no cooperativismo, como forma de aumentar a competitividade local. No que se refere à educação superior regional, até 1960 as famílias necessitavam enviar os filhos para buscarem a sua formação superior nos grandes centros urbanos, em especial nas capitais, o que exigia um esforço grandioso da família para a manutenção dos custos. Muitas vezes, esses filhos não retornavam para a região após o término do ensino superior. Com a abertura das universidades na região, a visão passou a ser outra, pois as famílias percebiam que era possível seus filhos estudarem e, ao mesmo tempo, residirem em casa ou em localidades próximas, auxiliando nas atividades familiares quando necessário. Isso acabou redirecionando os esforços familiares para o pagamento das mensalidades, ampliando o número de jovens que podiam ingressar no ensino superior.

As IES da região encontram-se centralizadas no município de Chapecó, considerado o principal polo de desenvolvimento do Oeste Catarinense, tanto em termos populacionais como econômicos. Este município tem atraído um contingente populacional em busca de qualificação profissional, especialmente a partir da implementação das políticas públicas que facilitaram o custeio das mensalidades em IES privadas e comunitárias. Em 2017, Chapecó apresentava índices que apontavam para uma população predominantemente urbana, com crescimento populacional elevado e uma economia pautada na matriz agroindustrial. A taxa anual de crescimento da população entre 2010 e 2017 foi de 2,2% ao ano, considerada alta se comparada à média estadual e nacional de 1,6% e 1,2%, respectivamente. Somado ao crescimento populacional, destaca-se o IDHM (2010) de 0,790, considerado alto pelo PNUD e um dos maiores do estado.

Segundo a definição de Sposito (2006), o município de Chapecó pode ser classificado como uma cidade média, pois se destaca como um polo regional cuja área de influência e polarização é contígua e constituída de áreas rurais e pequenas cidades que dela dependem para a oferta de bens e serviços.

A centralidade de Chapecó beneficia, em especial, as IES, uma vez que estas se tornam opção de ingresso para os alunos da região, pois contam com transporte regular para realizar o deslocamento, gerando uma migração pendular diária para fins de estudo. A Unoesc atua na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qual abrange 125 municípios em uma área territorial de 27.255,5 km. A atuação do *campus* de Chapecó tem como foco os municípios limítrofes em Santa Catarina e até 80 km em direção ao Rio Grande do Sul.

A oferta do Prouni possui relação com a quantidade de IES na região e com o caráter jurídico delas, uma vez que o programa se aplica a instituições privadas ou instituições privadas sem fins lucrativos (denominadas, a partir de 2013, como comunitárias). No Quadro 4, a seguir, evidencia-se o número de vagas ofertadas via Prouni em Chapecó, entre 2005 e 2018.

**Quadro 4 – Número de vagas ofertadas pelo Prouni em Chapecó**

Ano	Bolsas ofertadas			% acréscimo ou decréscimo na oferta
	Parcial	Integral	Total	
2005*	36	20	56	-
2006	86	101	187	7,00
2007	39	87	126	- 32,09
2008	40	96	136	7,94
2009	123	223	346	154,41
2010	43	197	240	- 30,64
2011	66	153	219	- 8,75
2012	82	134	216	- 1,37
2013	144	119	263	9,26
2014	96	291	387	5,25
2015	206	221	427	10,34
2016	221	199	420	- 1,64
2017	272	255	527	25,48
2018	129	285	414	- 21,44

Fonte: elaborado pelas autoras, com base em Prouni (2019).

\* Os dados de 2005 referem-se ao segundo semestre.

O Quadro 4 destaca o crescimento das ofertas de vagas do Prouni ocorrido entre 2005 e 2018, alcançando 3.964 vagas em 13 anos. Isso se explica, em parte, pela expansão das IES privadas, pela difusão da educação a distância na região e pelo retorno de uma universidade comunitária ao município, em 2009, o que potencializou a oferta de vagas. Cabe ressaltar, ainda, que Chapecó conta com duas universidades comunitárias, porém, uma não optou pela adesão ao programa.

A partir da análise desses dados, pode-se verificar que o crescimento do ensino superior no Oeste Catarinense possui uma relação estreita com o investimento público, a partir da concessão de bolsas de estudos que viabilizaram a subsistência das IES comunitárias e de emendas parlamentares que propiciaram a expansão do seu espaço físico. O Prouni apresenta-se, assim, como uma ação importante do Estado para a

fixação dos jovens na região, uma vez que estes conseguem estudar próximo às suas famílias, aplicando os conhecimentos adquiridos na universidade no território. Além disso, a oportunidade de conciliar trabalho e estudo acaba potencializando o desenvolvimento regional, fazendo com que mais jovens permaneçam atuando profissionalmente na região.

Na próxima seção apresenta-se a análise das entrevistas realizadas com os egressos da Unoesc beneficiados pelo Prouni, através da qual se buscou compreender as suas percepções a respeito dos efeitos do programa sobre as suas trajetórias de vida e os fatores que interferiram nesse processo.

### **Os efeitos do Prouni sobre as trajetórias de vida dos egressos**

A partir de um estudo de casos múltiplos, realizado por meio de entrevistas com doze egressos da Unoesc/SC que acessaram o Prouni, esta seção analisa a percepção dos beneficiários acerca dos efeitos do programa nas suas trajetórias de vida. Esta avaliação subjetiva dos resultados do Prouni permite identificar os diferentes fatores que interferiram na forma como o programa foi apropriado pelos egressos e nos seus resultados em termos de inclusão e mobilidade social. Para facilitar a exposição dos resultados, agrupou-se esses fatores em 5 categorias, conforme descrito a seguir.

#### O acesso à Universidade como projeto familiar de mobilidade social ascendente

Em diversas entrevistas foi mencionado a forte influência da família sobre a decisão de cursar o ensino superior. Nesse sentido, algumas falas dos entrevistados ressaltaram que o Prouni facilitou o acesso e a permanência na universidade, mas que caso o programa não existisse, eles dariam um outro jeito, ressaltando o esforço que a família faria para propiciar o acesso ao ensino superior. Conforme relatado pela Egressa 2, “a bolsa foi um alívio para a família, se não tivesse essas modalidades de benefícios certamente seria mais difícil, mas isso não me impossibilitaria de cursar, iria procurar outros meios, pois não seguir estudando não era uma opção.”

Para outros entrevistados, o acesso ao Prouni era indispensável para viabilizar o seu ingresso na universidade. Com a abertura de IES no interior e a oferta de políticas públicas, como bolsas de estudos e financiamento, abriu-se novas oportunidades para estudar e trabalhar próximo de casa. Segundo a Egressa 10, “sem a bolsa seria impossível, não tinha concluído, pois minha família não tinha condições de pagar a faculdade e meu rendimento com o trabalho não era suficiente para pagar a mensalidade, os materiais e o transporte.” O Egresso 6 vai na mesma linha ao dizer que estudar próximo à família “foi determinante para não precisar sair de perto de casa, pois sem a bolsa integral não teria feito uma graduação.”

A cultura do esforço familiar em prol da formação dos filhos apresenta-se como uma característica regional importante para o mercado das universidades na região do Oeste Catarinense. Além disso, representa uma herança imaterial que pesa sobre as decisões dos alunos, como fica explícito quando a Egressa 2 afirma que abandonar o estudo não era uma opção, demonstrando a relevância do ensino superior para o projeto familiar de mobilidade social.

A evolução da condição familiar também foi destacada nas falas dos egressos que vislumbraram mudanças na vida familiar a partir da formação superior. De acordo com as palavras da Egressa 10, formada há mais de 5 anos, “ a bolsa foi a chance de estudar, pois sem ela não seria possível, meus pais eram pobres, e a partir da minha formação passei a ajudar eles com dinheiro, pois já estão velhos e com dificuldade de produzir na propriedade, então se aposentaram, mas as doenças vieram junto. Hoje consigo ajudar com os custos de medicação, não somos ricos, mas melhorou bastante e assim devolvo a dedicação deles comigo. (EGRESSA 10).

Essa fala ressalta a importância das políticas públicas, não somente para o beneficiado, mas também para os agentes do seu entorno, neste caso, da família. Aqui aparece um processo de mobilidade intergeracional, pois a qualificação dos filhos permitiu que eles auxiliassem, de forma positiva, na melhoria da situação familiar.

#### O Prouni e a expansão das oportunidades de inserção no mercado de trabalho regional

A oportunidade de se diferenciar no mercado de trabalho por meio da graduação foi destacada na entrevista do Egresso 5, conforme o relato a seguir: “[...] O Prouni foi a minha salvação, senão eu seria mais um no meio do mercado de trabalho fazendo sempre a mesma coisa, sem formação”. Outra entrevistada ressaltou a oportunidade que o Prouni lhe abriu de frequentar o curso que desejava dentro de uma IES de qualidade reconhecida. Segundo as suas palavras, o Prouni “foi fundamental para que eu conseguisse ingressar no curso que eu queria em uma universidade conceituada como a Unoesc; como não tinha mensalidade pra pagar, logo no início do curso consegui um estágio na área e já adquiri experiência, o que fez diferença para o meu crescimento profissional e pessoal. ” (EGRESSA 2). A mesma entrevistada relatou que “ter a bolsa te faz dormir mais tranquilo, sabendo que não tem o valor todo mês, além de poder ganhar menos nos estágios até conseguir experiência e passar a ganhar mais”.

Esses fragmentos das entrevistas demonstraram que o Prouni também auxiliou no processo de amadurecimento dos alunos para conseguirem se inserir melhor no mercado de trabalho.

### As experiências de socialização propiciadas pelo ingresso nas IES

Outro aspecto interessante da avaliação subjetiva é a identificação de outros efeitos das PP que são normalmente marginalizados nas pesquisas concentradas em aferir o seu impacto. Nesse sentido, alguns entrevistados relataram que a entrada no ensino superior promoveu certas mudanças de hábitos e propiciou o convívio com outros espaços de socialização, ampliando seus horizontes em termos culturais e sociais. O próprio acesso ao Prouni já exigiu que os alunos se adequassem às regras do programa, tais como, a aprovação nas disciplinas, frequência mínima, observação dos critérios de renda e entrega regular de documentação. Estas exigências acabaram gerando disposições de responsabilidade nos egressos, com reflexos na sua formação acadêmica, pessoal e profissional.

Além disso, alguns relatos mencionam que o Prouni possibilitou uma forma de mobilidade social para além da formação educacional, pois a partir do acesso ao programa os alunos tiveram oportunidade de direcionar seus recursos financeiros para outros tipos de experiências, ampliando seus espaços de socialização. Segundo a entrevista do Egresso 8, “a bolsa me ajudou a concluir o curso dentro do prazo, não foi necessária nenhuma forma de financiamento e com o dinheiro do meu trabalho durante o dia consegui participar de congressos, comprei materiais, afinal não tinha mensalidade, então dava pra investir nisso”. Ou seja, o acesso a bolsa permitiu que os estudantes ampliassem as suas experiências, o que também contribuiu para a sua formação e inserção social.

Apenas uma entrevistada relatou ter vivido uma experiência muito negativa ao ingressar na Universidade. Devido ao fato de ser proveniente do meio rural e apresentar um sotaque bem marcado, acabou sendo alvo de preconceito e brincadeiras que levaram a seu afastamento dos colegas e do próprio curso. Ela hoje não atua na sua área de formação. Este caso evidencia as especificidades de apropriação do programa e de seus efeitos nas trajetórias individuais.

De uma forma ampla, pode-se dizer que os egressos entrevistados confirmam o papel inclusivo desempenhado pelo Prouni ao viabilizar a inclusão de grupos sociais historicamente alijados da formação em nível superior. Nesse sentido, a interpretação reitera a visão de certos autores que incluem o Prouni dentro das ações afirmativas, enfatizando o seu caráter compensatório, uma vez que as universidades brasileiras surgiram e se desenvolveram como espaços elitizados e para poucos. (APRILE, BARONE, 2008),

### Aspectos a serem aperfeiçoados no Prouni

Apesar das entrevistas apresentarem, na sua maioria, uma avaliação positiva do Prouni, sobretudo em relação à inclusão de setores de baixa renda no ensino superior, também foram relatados alguns aspectos que mereceriam ser aperfeiçoados em

edições futuras do programa. Dentre esses, foi mencionada a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização do programa em relação aos critérios de renda. Conforme a fala do Egresso 3, “o Prouni é muito bom, mas a falta de fiscalização das bolsas tira a oportunidade de quem precisa realmente, muitas pessoas conseguem alterar os documentos; inclusive, na minha turma, tinha gente que não precisava da bolsa, mas conseguiu entregar documentos para ter o benefício sem necessidade.”

Outro aspecto a ser revisto diz respeito a definição dos critérios de renda. Na percepção do Egresso 7, esses critérios precisariam ser revistos ao longo da graduação para facilitar a inserção no mercado de trabalho. Segundo ele, “na área da tecnologia da informação, conseguimos desde cedo no curso bons empregos, com salários bons, então o simples fato de iniciar a vida profissional já deixa a renda maior que a permitida, dificultando a inserção no mercado de trabalho durante a graduação”. Mesmo contando com a compreensão das funcionárias da IES, ele relata que pensou em não aceitar vagas de emprego por medo de perder a bolsa.

### **Considerações Finais**

O objetivo deste estudo avaliativo consistiu em analisar a percepção dos egressos sobre os efeitos do Prouni para as suas trajetórias de vida. Desta forma, buscou-se agregar elementos de ordem subjetiva à avaliação, demonstrando como as políticas podem ser apropriadas e produzir efeitos distintos, dependendo das disposições prévias dos sujeitos e da forma como eles avaliam as oportunidades abertas pelo programa.

A indagação sobre a mobilidade ascendente dos beneficiários do Prouni está sempre presente nessas avaliações, mesmo que não esteja explicitada, pois integra os pressupostos presentes nos programas voltados à democratização do acesso ao ensino superior. No caso desta pesquisa, pode-se afirmar que as políticas educacionais implementadas a partir de meados dos anos 2000 propiciaram uma grande expansão das IES, das vagas e do número de matrículas, o que possibilitou a inclusão de grupos sociais historicamente excluídos da educação superior. O crescimento descentralizado das IES abriu oportunidades para que os jovens pudessem cursar a universidade sem se deslocar para as capitais, diminuindo os custos com a sua formação.

No entanto, alguns autores (ALMEIDA, 2012; MANCEBO, VALE, MARTINS, 2015) apontam que esse movimento de expansão beneficiou preponderantemente as instituições privadas e comunitárias, embora as instituições públicas também tenham passado por um processo de reestruturação e crescimento. Em função disso, criticam o Prouni por ter favorecido as instituições privadas, quando o ideal seria o governo investir na democratização e na ampliação do ensino público. Almeida (2012) afirma que as IES privadas não realizam uma formação profissional de boa qualidade, o que restringe o acesso dos seus egressos às vagas mais valorizadas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, aos processos de mobilidade social ascendente.

Em nosso entender, a avaliação dos efeitos do Prouni em nível regional ainda carece de maiores investigações, pois não se pode afirmar os seus resultados tomando por base somente os dados quantitativos mais gerais. Neste sentido, as pesquisas que agregam metodologias quanti e qualitativas possibilitam construir uma avaliação mais completa da política, pois buscam trazer as particularidades do território, da sua conformação e dos seus agentes para o centro da análise. Desta forma, o território passa a ser um fator ativo que ajuda a entender porque a política produz determinados efeitos em certos locais e não em outros, ou porque os beneficiários avaliam certas políticas como oportunidades de mudanças de vida enquanto outros avaliam os mesmos programas como inócuos.

## Referências

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2000.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas públicas para acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho–O programa universidade para todos (PROUNI) em Questão. In: **VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS**. Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2008.
- BATISTA, Mariana e DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **RBCS**, Vol. 32 nº 94, Jun./2017: e329414.
- BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm). Acesso em: 05 abr. 2018.
- BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004. Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 03 fev. 2018.
- BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm). Acesso em: 05 abr. 2018.
- COTTA, Tereza C. Metodologia de avaliação de programas sociais: análise de resultados e de impactos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2. p. 105-126, abr./jun. 1998.
- FARIA, Carlos Aurélio P.; FILGUEIRAS, Cristina de AC. A avaliação de políticas públicas como instrumento de planejamento: os casos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Brasil, e do Sistema de Medición de la Calidad de la Educación (Simce), do Chile. **Trabalho apresentado no GT “Políticas Públicas” do XXVII Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG, v. 21, 2003.
- FIGUEIREDO, Marcus e FIGUEREIDO, Angelina. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.
- GOMES, Candido Alberto. Enfoques teóricos em sociologia da educação. **Fórum Educacional**, v. 7, n. 3, p. 85-104, jul./set. 1983.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatísticas da educação superior**. Brasília: INEP, 1996. Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatísticas> . Acesso em 10. Set, 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. 1995-2019. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

Acesso em: 20 nov. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, 2004, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambú, 2004. Disponível em: [http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004\\_347.pdf](http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_347.pdf). Acesso em: 18 abr. 2019.

LOTTA, Gabriela. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 65, jul./dez. 2014.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista brasileira de educação**, v. 20, n. 60, 2015.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Feline. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, jan. /jun. 2007.

NOÉ, Alberto. A relação educação e sociedade: os fatores sociais que intervêm no processo educativo. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 5, n. 3, p. 21-26, 2000.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, n. 5, p. 1272-1294, set. /out. 2012.

#### **Sobre as autoras:**

**Cláudia Tirelli** - Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação (CHE) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da UNISC. E.mail: [ctirelli@unisc.br](mailto:ctirelli@unisc.br)

**Daiane Pavan** - Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc/SC. E.mail: [daiane.pavan@unoesc.edu.br](mailto:daiane.pavan@unoesc.edu.br)